



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**

EDIÇÃO
01



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**

EDIÇÃO
01



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente

Reitor

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Coordenação

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe Técnica

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto

Doutorando André Ximenes de Melo

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho

Prof. Mestrando Daniel Giatti

Prof. Dr. Eliezer de Araújo

Prof. Doutorando Francisco Rozsa Funcia

Mestranda Gisele Yamauchi

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Doutorando Maria do Socorro Souza

Prof. Dr. Milton Farina

Renata Marino

Doutorando Ricardo Makoto Kawai

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

Doutorando Rubens Topal de C. Bastos

Comunicação

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa

Ana Paula Lazari Ferreira

Marketing

Renata R. Ezellner Miquilim

Diagramação

Alan de Almeida Matias

Carta online

Ana Paula Lazari Ferreira

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Avenida Goiás, 3400 – Bairro Barcelona

São Caetano do Sul – SP

Telefone: 4239-3233

E-mail: imprensa@uscs.edu.br

SUMÁRIO

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS - 7

1. O PIB DO GRANDE ABC PAULISTA - 8

Jefferson José da Conceição

2. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS E DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS - 10

Jefferson José da Conceição

Gisele Yamauchi

3. EMPREENDEDORISMO: A EXPANSÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA, 2009-2017 - 14

Jefferson José da Conceição

4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO - 17

Francisco R. Funcia

5. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, 1998 - 2017 - 20

Gisele Yamauchi

Gustavo Kaique de Araújo Monea

6. A PRODUÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO GRANDE ABC PAULISTA - 22

Álvaro Francisco Fernandes Neto

Antonio Aparecido de Carvalho

Ricardo M. Kawai

7. GUIDANCE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E O MOMENTO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES - 24

José Turíbio de Oliveira

8. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC PAULISTA - 26

Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESC

9. INDICADORES INPES - 29

Daniel Giatti

O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS

A Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) lança o seu Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura, e, com ele, a Primeira Carta de Conjuntura do Observatório.

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Entre os objetivos da USCS com a constituição do Observatório estão:

- Estimular a produção de estudos e pesquisas de professores e alunos da USCS sobre a realidade contemporânea, em particular da Região do Grande ABC Paulista;
- Elaborar análises conjunturais envolvendo diversas áreas do conhecimento;
- Aproximar o ambiente de pesquisa entre a Pós-Graduação e a Graduação;
- Contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e privadas, em especial na Região do Grande ABC Paulista.

As notas técnicas trarão indicadores, informações e breves considerações sobre a realidade brasileira, do Estado de São Paulo e do Grande ABC Paulista, em áreas como: atividade econômica; emprego; preços; finanças públicas; gestão organizacional; situação contábil das empresas; comércio exterior; empreendedorismo e inovação tecnológica.

As Cartas de Conjuntura destacarão também alguns dos resultados da Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC, realizada pelo INPES, Instituto de Pesquisa da USCS.

Planejam-se seis Cartas de Conjuntura da USCS por ano. As Cartas serão divulgadas por meio da assessoria de imprensa e do site da USCS.

1. O PIB DO GRANDE ABC PAULISTA

Jefferson José da Conceição

Resumo Executivo

A nota apresenta a evolução do PIB dos municípios e da Região do Grande ABC Paulista. O PIB de 2015 do Grande ABC foi de R\$ 111,9 bilhões, o que representou uma expressiva queda em relação ao ano de 2014, quando atingiu R\$ 120,2 bilhões. Mais preocupante, no entanto, é a queda da participação relativa do PIB do Grande ABC Paulista no total do PIB do Estado de São Paulo. Entre 2010 e 2015, a participação do Grande ABC caiu, ano após ano, de 7,43% em 2010 para 5,77% em 2015. Em 2002, a participação do Grande ABC Paulista era de 7,56%.

A Região do Grande ABC Paulista é conhecida por suas características relacionadas às atividades industriais e por sua importância econômica e institucional no contexto nacional.

O Produto Interno Bruto é a somatória de todos os bens e serviços produzidos em determinado território (país, estado, região ou município) em determinado período de tempo.

De acordo com a tabela 1, o Produto Interno Bruto (PIB) do Grande ABC Paulista em 2015 foi de aproximadamente R\$ 111,9 bilhões (ou, de modo mais preciso, R\$ 111.919.471.090,00). Este valor - que é a somatória dos PIBs Municipais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - representou 5,77% do PIB do Estado de São Paulo naquele ano.

Tabela 1 – PIB do Grande ABC Paulista (em mil R\$ correntes)

Cidade	PIB 2002	PIB 2010	PIB 2011	PIB 2012	PIB 2013	PIB 2014	PIB 2015
S.B. Campo	15.310.266,36	42.557.431,74	46.490.389,44	45.300.599,17	48.789.308,73	47.551.620,30	42.745.533,28
S. André	8.514.413,71	19.164.510,29	21.740.848,94	23.842.987,59	26.721.758,85	28.119.591,06	26.240.884,88
S. C. Sul	6.332.645,64	12.205.133,81	13.279.744,94	15.094.571,63	15.952.825,98	16.153.418,64	13.302.120,23
Mauá	3.886.495,19	9.323.421,32	9.813.108,04	9.295.359,84	10.499.353,88	11.329.503,40	12.429.673,25
Diadema	4.342.560,70	10.699.784,00	11.663.273,91	11.998.286,44	13.241.472,22	13.910.516,89	13.854.570,11
R. Pires	715.268,97	1.803.800,37	2.025.962,78	2.212.394,19	2.569.595,38	2.606.481,26	2.813.435,76
R.G. Serra	144.440,78	384.515,33	425.065,88	451.991,42	529.734,36	519.827,59	533.253,58
Geral ABC	39.246.091,35	96.138.599,86	105.438.357,93	108.196.190,28	118.304.049,40	120.190.959,14	111.919.471,09
Estado SP	518.878.815,17	1.294.695.988,47	1.436.672.709,04	1.559.033.443,71	1.715.238.416,55	1.858.196.055,50	1.939.890.056,24

Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir dos dados divulgados pela Fundação SEADE.

Por município, o maior PIB da região é o de São Bernardo do Campo (R\$ 42,7 bilhões), seguido do PIB de Santo André (R\$ 26,2 bilhões); de Diadema (R\$ 13,9 bilhões); de São Caetano do Sul (R\$ 13,3 bilhões); de Mauá (R\$ 12,4 bilhões); de Ribeirão Pires (R\$ 2,8 bilhões) e; de Rio Grande da Serra (R\$ 0,5 bilhão).

Mesmo em se considerando que os valores estão em termos nominais (portanto, não descontados da inflação), nota-se, pela tabela 1, o impacto sobre a Região do Grande ABC Paulista decorrente da reversão do ciclo de crescimento econômico nacional.

Entre 2014 e 2015, o PIB da Região do Grande ABC Paulista decresceu de R\$ 120,2 bilhões para R\$ 111,9 bilhões (queda nominal equivalente a 6,9%).

Entretanto, cabe registrar que, em 2015, comparado com 2014, e sempre considerando que os dados são nominais, não houve queda do PIB em Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

É preocupante a queda de participação relativa do PIB do Grande ABC Paulista no total do PIB do Estado de São Paulo. Entre 2010 e 2015, a participação do Grande ABC caiu, ano após ano, de 7,43% em 2010 para 5,77% em 2015. Em 2002, a participação do Grande ABC Paulista era de 7,56%.

À exceção dos Municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, todos os demais municípios da Região do Grande ABC contribuíram para a queda de participação relativa do Grande ABC no total do PIB do Estado.

Tabela 2 – Participação do PIB do Grande ABC Paulista no Estado de São Paulo

Cidade	Participação do PIB Municipal e Regional no Estado de São Paulo						
	2002	2010	2011	2012	2013	2014	2015
S.B. Campo	2,95%	3,29%	3,24%	2,91%	2,84%	2,56%	2,20%
S. André	1,64%	1,48%	1,51%	1,53%	1,56%	1,51%	1,35%
S.C. Sul	1,22%	0,94%	0,95%	0,97%	0,93%	0,87%	0,69%
Mauá	0,75%	0,72%	0,68%	0,60%	0,61%	0,61%	0,64%
Diadema	0,84%	0,83%	0,81%	0,77%	0,77%	0,75%	0,71%
R. Pires	0,14%	0,14%	0,14%	0,14%	0,15%	0,14%	0,15%
R.G. Serra	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
Total Grande ABC no Estado de SP	7,56%	7,43%	7,34%	6,94%	6,90%	6,47%	5,77%

Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir dos dados divulgados pela Fundação SEADE.

2. EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS E DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi

Resumo Executivo

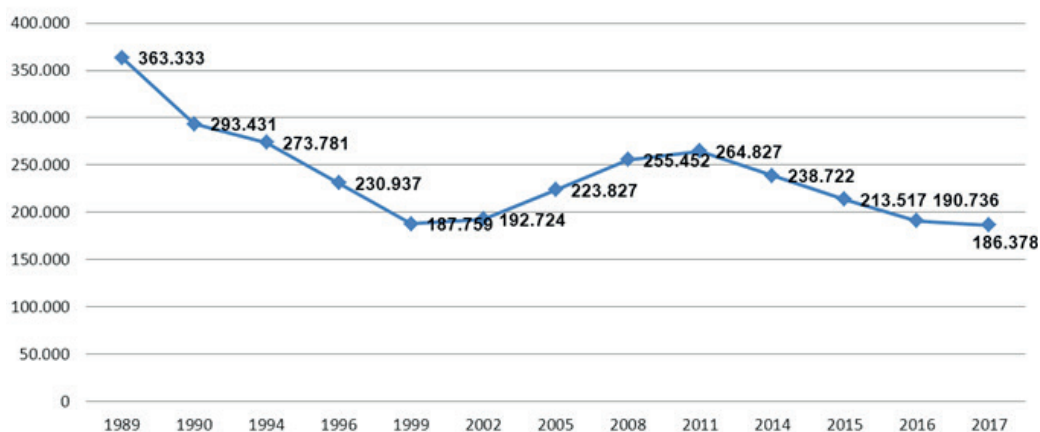
A nota destaca a forte queda dos empregos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nas últimas três décadas: de 363.333 trabalhadores formais empregados em 1989, para 187.759 em 1999. No que se refere aos estabelecimentos, o destaque maior fica por conta do fato de que, embora, no referido período, tenha crescido o total de estabelecimentos na Região, em todas as faixas de tamanho de empresas acima de 100 empregados o total de estabelecimentos decresce. Ambos os resultados guardam relação direta com o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho vivenciados pela indústria do Grande ABC Paulista, que reproduz processos ocorridos internacionalmente e as políticas nacionais implementadas.

Nos últimos trinta anos, o Grande ABC Paulista vivenciou os impactos das oscilações cíclicas e conjunturais da economia brasileira combinados com intensos processos de mudanças estruturais no seu principal segmento de atividade econômica, a indústria de transformação.

1. Empregos na Indústria de Transformação do Grande ABC Paulista

A tabela 1 e o gráfico 1 a seguir, que recuperam a evolução do número de empregos no Grande ABC Paulista, revelam uma dimensão importante destas transformações neste período.

Gráfico 1: Total de Empregos na Indústria de Transformação do Grande ABC Paulista, 1989 – 2017



Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da RAIS-CAGED, do MTE, para o período 2002 – 2016; e CONCEIÇÃO, J. J. (2005), para o período 1989 – 1999. O dado de 2017 é estimado. O Grande ABC Paulista é composto por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Tabela 1: Total de Empregos na Indústria de Transformação do Grande ABC Paulista, 1989 – 2017

ANO	INDÚSTRIA
1989	363.333
1990	293.431
1994	273.781
1996	230.937
1999	187.759
2002	192.724
2005	223.827
2008	255.452
2011	264.827
2014	238.722
2015	213.517
2016	190.736
2017	186.378

Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da RAIS-CAGED, do MTE, para o período 2002 – 2016; e CONCEIÇÃO, J. J. (2005), para o período 1989 – 1999. O dado de 2017 é estimado. O Grande ABC Paulista é composto pelos municípios de: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

- A partir do exposto na tabela 1 e gráfico 1, observam-se três grandes movimentos na evolução do total de empregos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nas últimas três décadas:

1) forte corte de empregos entre 1989 e 1999 (de 363.333 trabalhadores formais empregados em 1989 para 187.759 em 1999);

2) retomada das contratações entre 2002 e 2011 (de 192.724 trabalhadores formais em 2002 para 264.827 em 2011);

3) novo ciclo de redução de postos de trabalho a partir de 2011 (de 264.827 trabalhadores para 186.378 em 2017).

- Entre 1989 e 1999, a região sofreu uma série de transformações que impactaram negativamente o nível de emprego. Entre as quais: abertura acelerada às importações, juros elevados, valorização cambial, novo regime automotivo e reestruturação produtiva (incluindo terceirização e a descentralização produtiva).
- Entre 2002 e 2011, a indústria do Grande ABC Paulista beneficiou-se da forte expansão do PIB nacional, redução dos juros reais, aumento do crédito, crescimento do mercado internacional, expansão das vendas internas e retomada dos investimentos.
- A partir de 2014, o emprego no Grande ABC Paulista volta a retrair-se em função da desaceleração do crescimento econômico, recessão, retração dos investimentos públicos e privados e redução do mercado internacional, entre outros.

2. Estabelecimentos na Indústria de Transformação do Grande ABC Paulista

Conforme exposto na tabela 2, o total de estabelecimentos industriais no Grande ABC Paulista, quando somados todos os portes de plantas fabris, sobe entre 1989 e 2016, de 4.166 para 6.164 estabelecimentos. Esta expansão, entretanto, não significa que houve um aumento do número de empresas e dos empregos industriais na Região. Estes números expressam, sobretudo, o intenso processo de reestruturação vivido na Região nas últimas décadas: fragmentação da grande empresa em pequenas unidades; terceirização; novos processos produtivos que exigem menos espaços fabris; entre outros.

De fato, nota-se, pela tabela 2 e gráfico 2, que, em todas as faixas de tamanho de empresas até 50 empregados, cresce continuamente o total de estabelecimentos nas últimas três décadas. Entretanto, o fenômeno se inverte nas empresas de maior porte: em todas as faixas acima de 100 empregados o total de estabelecimentos decresce.

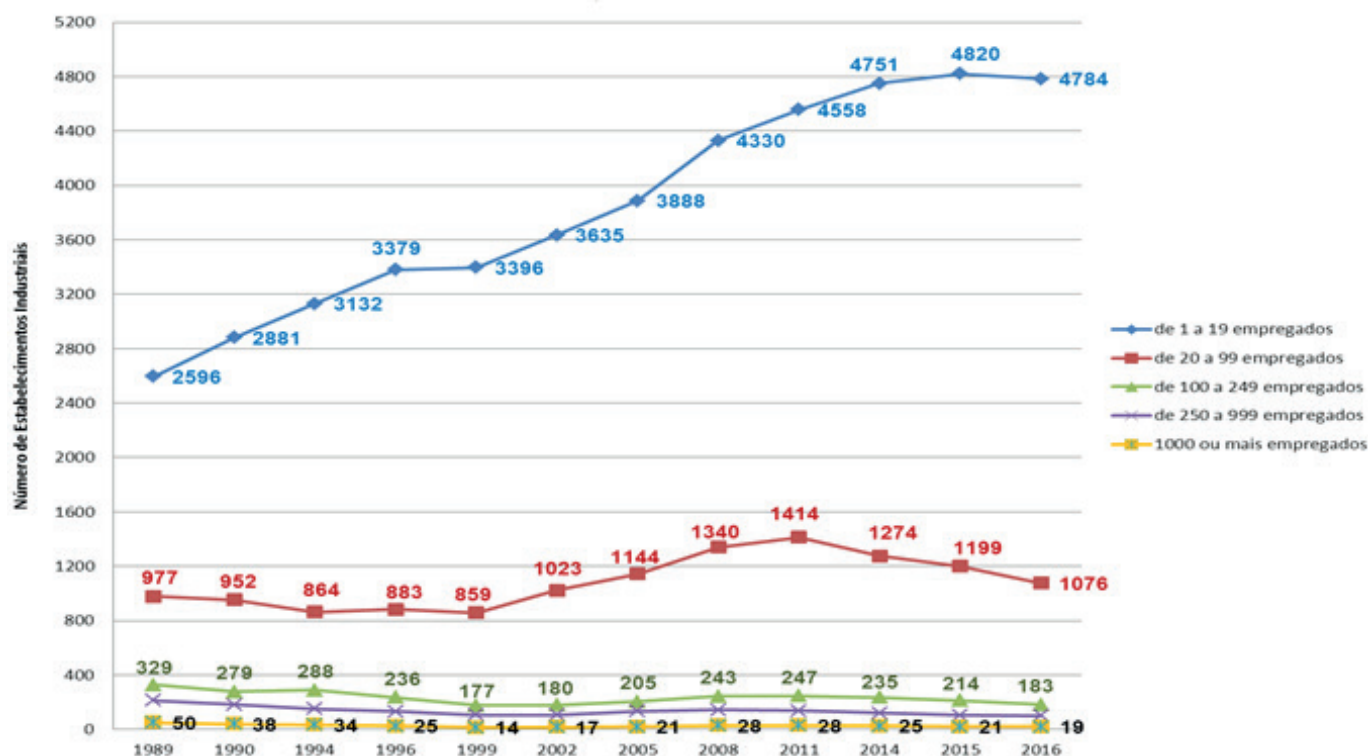
Tabela 2: Total de Estabelecimentos Industriais no Grande ABC Paulista, por tamanho, no período 1989 – 2016

Tamanho do estabelecimento por nº de empregados	Total de estabelecimentos industriais no Grande ABC Paulista, por tamanho, no período 1989 - 2016											
	1989	1990	1994	1996	1999	2002	2005	2008	2011	2014	2015	2016
0 empregados	nd	nd	nd	nd	nd	267	266	316	339	361	415	416
de 1 a 4 empregados	1351	1600	1732	1873	1808	1535	1626	1776	1943	2126	2140	2193
de 5 a 9 empregados	661	694	732	800	802	914	983	1102	1155	1140	1163	1091
de 10 a 19 empregados	584	587	668	706	786	919	1013	1136	1121	1124	1102	1084
de 20 a 49 empregados	592	611	578	595	597	717	776	916	999	908	858	773
de 50 a 99 empregados	385	341	286	288	262	306	368	424	415	366	341	303
de 100 a 249 empregados	329	279	288	236	177	180	205	243	247	235	214	183
de 250 a 499 empregados	144	123	99	89	76	74	97	99	94	86	71	71
de 500 a 999 empregados	70	59	52	42	30	33	38	45	43	35	34	31
1000 ou mais empregados	50	38	34	25	14	17	21	28	28	25	21	19
Total	4166	4332	4469	4654	4552	4962	5393	6085	6384	6406	6359	6164

* nd: não disponível

Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da RAIS- CAGED, do MTE, para o período 2002 – 2016; e CONCEIÇÃO, J. J. (2005), para o período 1989 – 1999. O Grande ABC Paulista é composto pelos municípios de: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Observação: Dados de 2017 não disponíveis.

Gráfico 2: Total de Estabelecimentos Industriais no Grande ABC Paulista, por tamanho, no Período 1989 – 2016



Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações diretamente extraídas da RAIS-CAGED, do MTE, para o período 2002 – 2016; e CONCEIÇÃO, J. J. (2005), para o período 1989 – 1999. A região do Grande ABC Paulista é composta pelos municípios de: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Observação: Dados de 2017 não disponíveis.

3. EMPREENDEDORISMO: A EXPANSÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO GRANDE ABC PAULISTA, 2009-2017

Jefferson José da Conceição

Resumo Executivo

A nota aponta para o exponencial crescimento do número de microempreendedores individuais (MEIs) na Região do Grande ABC Paulista nos últimos anos. A tabela 1 mostra que, em 2017, o acumulado de optantes pelo MEI na Região do Grande ABC Paulista totalizava 104.804 microempreendedores individuais. Deste total, 31,3% situavam-se em São Bernardo do Campo; 27,6%, em Santo André; 15,4%, em Diadema; 12,8%, em Mauá; 6,9%, em São Caetano do Sul; 4,5%, em Ribeirão Pires e; 1,5%, em Rio Grande da Serra.

Após a criação da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, ou “Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, verificou-se no Brasil, como um todo, e também no Grande ABC Paulista em particular, forte expansão do número de pequenos negócios, em especial do número de microempreendedores individuais.

Regulado pela Lei Complementar nº 128/2008, que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006), o MEI é o pequeno empresário individual que preenche as seguintes condições atualmente:

- a) Tenha faturamento limitado a R\$ 81.000,00 por ano;
- b) Que não participe como sócio, administrador ou titular de outra empresa;
- c) Contrate no máximo um empregado;
- d) Exerça uma das atividades econômicas previstas no Anexo XIII, da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional de nº 94/2011, o qual relaciona todas as atividades permitidas ao MEI.

As tabelas 1 e 2 evidenciam o crescimento do total de MEIs na região.

A tabela 1 mostra que, em 2017, o acumulado de optantes pelo MEI na Região do Grande ABC Paulista totalizava 104.804 microempreendedores individuais. Deste total, 31,3% situavam-se em São Bernardo do Campo; 27,6% em Santo André; 15,4% em Diadema; 12,8% em Mauá; 6,9% em São Caetano do Sul; 4,5% em Ribeirão Pires e 1,5% em Rio Grande da Serra.

A tabela 2, por sua vez, ilustra que o número de MEIs tem crescido ano após ano em todos os municípios da região.

Tabela 1 – Microempreendedores Individuais no Grande ABC Paulista, por Município – Total Acumulado até o Ano

Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Diadema	111	1254	3185	5352	7413	9628	11914	13963	16167
Mauá	100	1036	2434	4013	5530	7182	9210	11238	13453
Ribeirão Pires	43	382	839	1425	2114	2619	3307	3995	4671
Rio Grande da Serra	1	76	241	428	643	838	1050	1279	1553
Santo André	119	2165	4640	7977	11422	15400	19811	24152	28930
São Bernardo do Campo	154	1998	5064	9122	13006	17523	22543	27629	32750
São Caetano do Sul	56	516	1125	1898	2720	3600	4757	5967	7280
Total do Grande ABC Paulista	584	7427	17528	30215	42848	56790	72592	88223	104804

Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir do Portal do Empreendedor.

Tabela 2 – Microempreendedores Individuais no Grande ABC Paulista, por Município – Variação por ano

Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Diadema	111	1143	1931	2167	2061	2215	2286	2049	2204
Mauá	100	936	1398	1579	1517	1652	2028	2028	2215
Ribeirão Pires	43	339	457	586	689	505	688	688	676
Rio Grande da Serra	1	75	165	187	215	195	212	229	274
Santo André	119	2046	2475	3337	3445	3978	4411	4341	4778
São Bernardo do Campo	154	1844	3066	4058	3884	4517	5020	5086	5121
São Caetano do Sul	56	460	609	773	822	880	1157	1210	1313
Total do Grande ABC Paulista	584	6843	10101	12687	12633	13942	15802	15631	16581

Elaboração: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir do Portal do Empreendedor.

Levanta-se aqui a hipótese – a ser testada em trabalhos e pesquisas futuras - de que o crescimento contínuo residiria em duas causas:

- a) Entre 2009 e 2014, a expansão de empreendedores deve estar vinculada ao forte crescimento econômico nacional, e também na Região do Grande ABC Paulista em particular, que gerou oportunidades de investimentos para inúmeros pequenos negócios;
- b) Entretanto, entre 2015 e 2017, é provável que a maior parte da expansão de MEIs é explicada pelo “empreendedorismo de necessidade” como forma de ocupação das pessoas diante da retração da atividade econômica e da renda.

Ainda assim, é digno de registro o conjunto amplo de ações que as entidades públicas (Prefeituras Municipais, Consórcio Intermunicipal Grande ABC, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, universidades) e privadas (Sebrae, ITESCS, universidades, entre outras) têm realizado, no âmbito da Região, para promover o empreendedorismo, seja ele o de fronteira tecnológica, o de natureza mais tradicional ou o social.

“USCS: Universidade Empreendedora”

Cabe mencionar que a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) em sua busca sistemática de acompanhamento das tendências do mercado de ocupações no Brasil, e das respectivas demandas de qualificação profissional e educacional, planeja, para os próximos anos, aprofundar o seu papel no apoio ao empreendedorismo por parte de alunos, professores e comunidade.

A estratégia da universidade consiste em, por meio de um programa articulado de ações que envolva toda a instituição, potencializar o número de alunos, ex-alunos e membros da comunidade que, a partir de suas ideias inovadoras, estruturarem seus planos de negócios, e, com isto:

- a) Gerar oportunidades de ocupação e renda de qualidade para os alunos, ex-alunos e membros da comunidade empreendedores;
- b) Estimular a criatividade e o perfil disruptivo entre os alunos, ex-alunos e membros da comunidade, de forma que eles almejem criar, desenvolver e ofertar produtos e serviços novos ao mercado;
- c) Ser elemento importante no ecossistema de inovação local e regional, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social da localidade e região.

Esta estratégia passa por iniciativas como:

Introdução e ampliação de disciplinas sobre empreendedorismo em todos os cursos (com conteúdos práticos, ajustados a cada curso, tais como: introdução ao empreendedorismo, criação de novos negócios, gestão de pequenos negócios, franquias, comunicação assertiva em empreendedorismo, empreendedorismo de inovação, empreendedorismo social e negócios familiares);

Capacitação de professores;

- Palestras de sensibilização sobre empreendedorismo;
- Oficinas visando promover novas ideias de negócios, bem como ajudar os alunos a estruturarem seus planos de negócios;
- Hackathons (competições que visam levantar ideias e possibilidades de planos de negócios associados a soluções para problemas diversos colocados pelo setor privado, setor público e sociedade em geral);
- Implantação de Incubadora;
- Eventos que promovam encontros de projetos de alunos, ex-alunos e membros da comunidade com empresas parceiras e investidores;
- Publicações, constituição de um portal do empreendedorismo da universidade associado ao site mais amplo da instituição, entre outras.

Um dos objetivos do programa é que a universidade seja vista pelos alunos, ex-alunos e membros da comunidade como ponto de apoio para aqueles que desejam empreender. Para isto, é fundamental uma maior aproximação entre a universidade e o mercado, para que as empresas possam apresentar os desafios que almejam soluções por parte dos alunos, ex-alunos e membros da comunidade e seus projetos inovadores.

4. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO DAS PREFEITURAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E DO ESTADO DE SÃO PAULO

Francisco R. Funcia

Resumo Executivo

A presente “nota técnica” tem o objetivo de apurar e avaliar sinteticamente a situação de endividamento e a capacidade de contratação de operações de crédito pelos Municípios da Região da Grande ABC e da Capital Paulista, bem como pelo Estado de São Paulo, para a implementação dos projetos e atividades programados para 2018 no Plano Plurianual 2018-2021. São Caetano do Sul apresenta o menor índice de endividamento (7,24%), enquanto que Mauá (117,54%) está muito próximo do teto do limite legal de 120% fixado para os municípios. São Caetano do Sul tem capacidade de contratação anual de operações de crédito por um período aproximado de 7,5 anos, Ribeirão Pires (5,7 anos), São Bernardo do Campo (5,4 anos), Diadema (5,3 anos), Santo André (4,0 anos), São Paulo Capital (2,7 anos) e o Estado de São Paulo (1,9 anos). A situação do governo estadual representa uma restrição para parcerias com as prefeituras para financiamento de projetos no período de vigência dos respectivos PPA 2018-2021.

Os prefeitos dos Municípios brasileiros iniciaram em 2018 o segundo ano de mandato. É neste ano que se inicia a implementação do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, que foi elaborado durante o exercício de 2017 no primeiro ano de mandato, oportunidade em que a equipe municipal de governo estabeleceu os objetivos e metas (físicas e financeiras) da programação das ações (projetos, atividades e operações especiais) para a elaboração das leis orçamentárias para o quadriênio citado.

Para iniciar a implementação do PPA 2018-2021, algumas ações planejadas dependerão de financiamentos externos e/ou das esferas estadual e federal para esse fim. Nesse contexto, a avaliação da situação de endividamento e da capacidade de contratação de operação de créditos dos municípios é uma referência necessária sob a ótica da gestão fiscal responsável, cujo limite é estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

É importante salientar que o limite total do endividamento deve estar ordenado com outras duas exigências legais:

- a) limite de contratação anual de operações de crédito em 15% de receita corrente líquida e
- b) limite de 11,5% da receita corrente líquida para pagamento anual dos encargos da dívida pública municipal.

Isto pode ser um fator para estimular os entes federativos para saldarem e/ou renegociarem dívidas antigas visando a contratação de novas operações de crédito e, com isso, financiar novos projetos integrantes do PPA 2018 – 2021.

O objetivo desta “Nota” é apurar e avaliar de forma sintética tanto os níveis de endividamento, como a capacidade de contratação de operação de crédito dos municípios da Região do Grande ABC Paulista e de São

Paulo, bem como do Estado de São Paulo.

A Tabela 1 apresenta a situação de endividamento desses entes da Federação em 31/12/2017.

Tabela 1 – Índices de Endividamento dos Municípios do Grande ABC Paulista, da Capital Paulista e do Estado de São Paulo no Encerramento do 3º Quadrimestre/2017

Ente da Federação	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ (R\$)	Receita Corrente Líquida - RCL ¹ (R\$)	Índice de Endividamento DCL/RCL ¹ (%)
Diadema	413.411.577,20	1.000.514.966,00	41,32
Mauá	1.039.773.270,00	884.587.133,60	117,54
Ribeirão Pires	86.510.203,24	246.408.559,00	35,11
Santo André	1.299.897.015,00	2.140.185.808,00	60,74
Sao Bernardo do Campo	1.224.556.399,00	3.116.293.204,00	39,30
São Caetano do Sul	89.836.941,07	1.240.854.196,00	7,24
Grande ABC Paulista ²	4.153.985.405,51	8.628.843.866,60	48,14
São Paulo (Capital)	37.894.476.482,00	47.299.768.961,00	80,12
São Paulo (Estado)	259.055.000.000,00	151.562.000.000,00	170,92

Fonte: Elaboração própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional: Anexo 02 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (Siconfi/Finbra). Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento> (Acesso em 05/03/2018)

Notas:

- (1) Apuração nos 12 Meses Anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2017. Limite Legal de Endividamento.
(2) Os dados de Rio Grande da Serra não estavam disponíveis.

Em resumo, deve-se considerar, dentre outros aspectos, que:

- Os índices de endividamento no final de dezembro de 2017 estão abaixo dos parâmetros legalmente estabelecidos para Municípios (120% da Receita Corrente Líquida do período dos últimos 12 meses encerrado em dezembro de 2017) e Estado (200% dessa base de cálculo).
- São Caetano do Sul apresenta o menor índice de endividamento (7,24%), enquanto que Mauá (117,54%) está muito próximo do teto do limite legal de 120% fixado para os Municípios. Quanto mais distante esse índice estiver do limite legal, tanto maior será a capacidade do Município de contrair novos financiamentos de outras fontes – para a Região do Grande ABC, pela ordem: São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo, Diadema, Santo André e Mauá.
- Considerando os dados consolidados da Região do Grande ABC Paulista, o índice de endividamento foi de 48,14%, bem menor que o da capital e do Estado de São Paulo.

Como afirmado anteriormente, porém, o nível de endividamento é uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir a possibilidade legal dos pleitos municipais para a contratação de financiamentos que possibilitarão a implementação de projetos no primeiro ano de vigência do PPA 2018-2021.

A Tabela 2 apresenta a situação da contratação de novas dívidas de longo prazo em 2018, comparando o saldo potencial de endividamento¹ com o valor do limite para contratação de operação de crédito em 2018 pelos entes da Federação.

¹ Correspondente à diferença entre o valor do limite legal da dívida consolidada líquida e o valor dessa dívida em 31/12/2018.

Tabela 2 – Avaliação da Capacidade de Contratação e Operação de Crédito em 2018 dos Municípios do Grande ABC Paulista, Município de São Paulo e Estado de São Paulo

Ente da Federação	Dívida Consolidada Líquida - DCL ¹ (R\$)	DCL - Valor Limite Legal ² (R\$)	Saldo Potencial de Endividamento (R\$)	Valor Limite Legal ² para Contratação de Operações de Crédito em 2018 (R\$)	Número de Anos para atingir o Saldo de Endividamento
	(A)	(B)	(C = B - A)	(D)	(E=C/D)
Diadema	413.411.577,20	1.200.617.959,20	787.206.382,00	150.077.244,90	5,25
Mauá	1.039.773.270,00	1.061.504.560,32	21.731.290,32	132.688.070,04	0,16
Ribeirão Pires	86.510.203,24	295.690.270,80	209.180.067,56	36.961.283,85	5,66
Santo André	1.299.897.015,00	2.568.222.969,60	1.268.325.954,60	321.027.871,20	3,95
São Bernardo do Campo	1.224.556.399,00	3.739.551.844,80	2.514.995.445,80	467.443.980,60	5,38
São Caetano do Sul	89.836.941,07	1.489.025.035,20	1.399.188.094,13	186.128.129,40	7,52
Grande ABC Paulista³	4.153.985.405,51	10.354.612.639,92	6.200.627.234,41	1.294.326.579,99	4,79
São Paulo (Capital)	37.894.476.482,00	56.759.722.753,20	18.865.246.271,20	7.094.965.344,15	2,66
São Paulo (Estado)	259.055.000.000,00	303.124.000.000,00	44.069.000.000,00	22.734.300.000,00	1,94

Fonte: Elaboração própria para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional: Anexo 02 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (Siconfi/Finbra). Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento> (Acesso em 05/03/2018)

Notas:

(1) Apuração nos 12 Meses Anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2017. Limite Legal de Endividamento.

(2) Para DCL: Municípios - 120% da Receita Corrente Líquida (RCL); e Estados - 200% da RCL. Para contratação de Operação de Crédito: 15% da RCL. Foi considerada a RCL apurada nos 12 meses anteriores até o final do 3º Quadrimestre de 2017.

(3) Os dados de Rio Grande da Serra não estavam disponíveis.

Em resumo, supondo que todos os entes da Federação listados estejam com capacidade de pagamento dos encargos da dívida pública dentro dos limites legais (11,5% da receita corrente líquida), é possível constatar, dentre outros aspectos, que:

- Exceto Mauá, cujo saldo potencial de endividamento (R\$ 21,7 milhões) é menor que a capacidade para contratação de operações de crédito em 2018 (R\$ 132,7 milhões), todos os demais entes da Federação têm possibilidade de obter financiamentos no presente exercício para os projetos e atividades integrantes do PPA 2018-2021 nos valores apurados na coluna D da Tabela 2.
- Dado o saldo potencial de endividamento, São Caetano do Sul tem capacidade de contratação anual de operações de crédito por um período aproximado de 7,5 anos, adotando-se como hipótese simplificadora que não haveria redução do estoque da dívida consolidada líquida nesse período, bem como que a receita corrente líquida permaneceria inalterada em termos reais aos valores de 2017 durante esse período.
- Considerando a mesma abordagem anterior referente à capacidade de contratação anual de operações de crédito para os demais entes da Federação listados na Tabela 2 (exceto Mauá), os resultados obtidos são: Ribeirão Pires (5,7 anos), São Bernardo do Campo (5,4 anos), Diadema (5,3 anos), Santo André (4,0 anos), São Paulo Capital (2,7 anos) e Estado de São Paulo (1,9 anos).

Por fim, a situação do Estado de São Paulo aponta para um esgotamento da capacidade de contratação de operações de crédito (menos de 2 anos para atingir o limite legal). Desta forma, há uma possibilidade de restrição de parcerias das prefeituras com o governo estadual para financiamento de projetos no período de vigência dos respectivos PPA 2018-2021.

5. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, 1998 - 2017

Gisele Yamauchi
Gustavo Kaique de Araújo Monea

Resumo Executivo

Entre os anos 1998 e 2017, o Grande ABC Paulista aumentou o valor de suas exportações em 120,8%. Contudo, a região teve queda de sua participação nas exportações do Estado de São Paulo, de 13,54% para 10,64% no período. O Grande ABC Paulista também perdeu participação no total das exportações brasileiras: a participação regional caiu de 4,77% para 2,48%.

O objetivo da presente “nota” é avaliar, em caráter introdutório, a participação das exportações da Região do Grande ABC Paulista em relação ao Estado de São Paulo e ao Brasil.

A Tabela 1 apresenta as exportações no período entre 1998 e 2017.

Tabela 1 – Exportações do Grande ABC Paulista no período entre 1998 e 2017

	1998	2002	2006	2010	2014	2017
S. André	\$431.972.392	\$369.174.118	\$698.533.752	\$669.766.480	\$632.712.230	\$465.217.915
S.B. do Campo	\$1.674.225.880	\$1.452.407.120	\$4.505.897.959	\$3.984.262.159	\$3.591.398.546	\$3.998.411.045
S.C.Sul	\$92.781.819	\$134.249.595	\$325.061.395	\$699.598.777	\$372.836.110	\$345.375.062
Diadema	\$114.971.966	\$111.596.257	\$249.824.031	\$174.858.429	\$198.636.042	\$251.590.773
Mauá	\$92.534.482	\$168.438.655	\$398.537.917	\$400.767.697	\$355.589.229	\$184.592.593
R.Pires	\$33.944.301	\$25.841.382	\$68.523.958	\$158.802.380	\$164.200.451	\$145.503.726
R.G.Serra	\$532.283	\$292.616	\$2.636.456	\$522.638	\$429.792	\$127.699
Total GABC	\$2.440.963.123	\$2.261.999.743	\$6.249.015.468	\$6.088.578.560	\$5.315.802.400	\$5.390.818.813
Estado SP	\$18.226.059.300	\$20.155.516.694	\$46.146.926.036	\$52.289.136.722	\$51.458.046.351	\$50.662.278.017
Brasil	51.139.861.545	60.438.653.035	137.807.469.531	201.915.285.335	225.100.884.831	217.739.177.077
% GABC no Estado SP	13,39%	11,22%	13,54%	11,64%	10,33%	10,64%
% GABC no Brasil	4,77%	3,74%	4,53%	3,02%	2,36%	2,48%

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações diretamente extraídas do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Pela tabela 1, observa-se que, embora com flutuações, as exportações do Grande ABC Paulista apresentaram tendência ao crescimento e atingiram valores superiores a US\$ 6 bilhões até 2010. No entanto, as exportações alcançaram valores inferiores a este montante em 2014 (US\$ 5,32 bilhões) e 2017 (US\$ 5,39 bilhões).

A tabela evidencia uma queda da participação relativa das exportações do Grande ABC Paulista no total do Estado de São Paulo e no total nacional. A participação do Grande ABC Paulista nas exportações paulistas caiu de 13,54% em 2006 para 10,64% em 2017.

Cabe registrar também que, em todos os anos acima dispostos, a cidade de São Bernardo do Campo é o principal município exportador da Região do Grande ABC.

A tabela 2 apresenta as importações do Grande ABC Paulista entre 1998 e 2017.

Tabela 2 – Importações do Grande ABC no período entre 1998 e 2017

IMPORTAÇÕES (Valores FOB US\$)	1998	2002	2006	2010	2014	2017
S.André	\$452.728.940	\$345.493.472	\$485.061.613	\$673.032.787	\$1.060.113.117	\$455.601.076
S.B. do Campo	\$1.414.029.586	\$928.936.636	\$1.829.024.709	\$3.025.684.292	\$3.175.791.793	\$2.391.106.016
S.C.Sul	\$461.838.865	\$98.908.788	\$159.254.588	\$340.689.239	\$397.210.686	\$402.498.043
Diadema	\$265.312.645	\$164.162.336	\$380.590.459	\$626.139.858	\$655.707.260	\$448.327.074
Mauá	\$201.863.751	\$220.223.301	\$217.812.014	\$453.338.713	\$338.122.825	\$323.570.799
R.Pires	\$23.993.938	\$9.544.153	\$16.930.482	\$58.701.918	\$92.084.681	\$69.288.653
R.G.da Serra	\$2.789.728	\$5.369.694	\$3.908.783	\$6.321.852	\$6.652.417	\$3.924.867
Total Grande ABC	\$2.822.557.453	\$1.772.638.380	\$3.092.582.648	\$5.183.908.659	\$5.725.682.779	\$4.094.316.528
Estado SP	\$27.949.366.089	\$19.834.392.672	\$37.046.781.629	\$67.786.873.664	\$84.817.406.066	\$55.294.998.442
Brasil	57.763.475.974	47.242.654.199	91.350.840.805	181.768.427.438	229.154.462.583	150.749.452.949
% do Grande ABC no Estado	10,10%	8,94%	8,35%	7,65%	6,75%	7,40%
% do Grande ABC no Brasil	4,89%	3,75%	3,39%	2,85%	2,50%	2,72%

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações diretamente extraídas do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Verifica-se pela tabela 3 que, nos anos de 1998 e 2014, ocorreram déficits na balança comercial da Região do Grande ABC, enquanto que, nos anos de 2002, 2006 e 2010, houve superávits. Em 2017, a Região voltou a apresentar um superávit na balança comercial.

Tabela 3 – Balança Comercial por Município do Grande ABC, 1998 - 2017

Balança Comercial (Valores FOB US\$)	1998	2002	2006	2010	2014	2017
S.André	-20.756.548	23.680.646	213.472.139	-3.266.307	-427.400.887	9.616.839
S.B.Campo	260.196.294	523.470.484	2.676.873.250	958.577.867	415.606.753	1.607.305.029
S.C.do Sul	-369.057.046	35.340.807	165.806.807	358.909.538	-24.374.576	-57.122.981
Diadema	-150.340.679	-52.566.079	-130.766.428	-451.281.429	-457.071.218	-196.736.301
Mauá	-109.329.269	-51.784.646	180.725.903	-52.571.016	17.466.404	-138.978.206
R.Pires	9.950.363	16.297.229	51.593.476	100.100.462	72.115.770	76.215.073
R.G. da Serra	-2.257.445	-5.077.078	-1.272.327	-5.799.214	-6.222.625	-3.797.168
Total Grande ABC	-381.594.330	489.361.363	3.156.432.820	904.669.901	-409.880.379	1.296.502.285
ESTADO SP	-9.723.306.789	321.124.022	9.100.144.407	-15.497.736.942	-33.359.359.715	-4.632.720.425

Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações diretamente extraídas do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

6. A PRODUÇÃO DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO GRANDE ABC PAULISTA

Álvaro Francisco Fernandes Neto
Antonio Aparecido de Carvalho
Ricardo M. Kawai

Resumo Executivo

A indústria automobilística aumentou a quantidade produzida em 2017, revertendo o cenário de queda verificada nos anos recentes. Nesse contexto, as empresas com plantas instaladas na Região do Grande ABC Paulista tiveram contribuição relevante para esse resultado consolidado.

Os números recentemente divulgados pela ANFAVEA indicam que houve uma retomada da indústria automobilística no ano de 2017 em comparação com os últimos cinco anos. As projeções para 2018 são de crescimento da atividade produtiva.

A GM foi a montadora que apresentou maior aumento de produção em suas duas fábricas no Estado de São Paulo, situadas nas cidades de São Caetano do Sul e São José dos Campos. A empresa atingiu 474 mil unidades vendidas em 2017, o que representou um acréscimo de 41,7% em relação a 2016. Em unidades exportadas, o número foi de 134,3 mil em 2017, o que significou um aumento de 44,7% em relação a 2016.

A Volkswagen produziu 408,3 mil unidades em 2017 (aumento de 25,7%) e apresentou aumento nas vendas internas e nas exportações.

O setor prevê que mais de 40 novos modelos serão lançados no mercado em 2018. Os itens que exercerão maior atratividade para o consumidor serão a tecnologia e a segurança.

A Carta Fenabreve, de janeiro de 2018, apresentou o ranking por número de emplacamentos de veículos leves. A participação de mercado tem a General Motors no topo do ranking com 20,3%; a Volkswagen ocupa a segunda posição com 14,8%; em seguida, vem a Ford com 10,0%. Essas empresas líderes no ranking possuem fábricas nas cidades de São Caetano e São Bernardo do Campo.

Produção das empresas instaladas no Grande ABC Paulista

A General Motors realiza investimentos em sua planta de São Caetano do Sul. Em 2020, a empresa projeta aumentar de 250 mil unidades fabricadas anualmente para 330 mil unidades.

Na planta da GM em São Caetano do Sul são produzidos o Onix Joy (versão mais barata do modelo), a Spin, o Cobalt e a Montana.

Os volumes de veículos produzidos na planta de São Caetano do Sul por modelo em 2017 foram: Onix, com

74.308 unidades; Spin, com 35.296 unidades; Cobalt, com 25.853 unidades; e Montana com 19.133 unidades.

A Ford tem quatro plantas no Brasil: Camaçari, São Bernardo do Campo, Tatuí e Taubaté. Em São Bernardo do Campo, onde se localiza o centro administrativo da empresa, existem duas unidades de produção: a de veículos leves e a de caminhões.

Na planta da Ford, em São Bernardo do Campo, é produzido o New Fiesta. Em 2017, foram produzidas 2.500 unidades/mês, totalizando 30.000 unidades no ano.

Já a planta que fabrica caminhões produz 24 modelos diferentes. Em 2017, foram produzidas 1.500 unidades/mês de caminhões, 18.000 unidades no ano.

A Volkswagen conta com 4 fábricas no Brasil: São Bernardo do Campo, São Carlos, São José dos Pinhais e Taubaté. Na planta de São Bernardo do Campo, são produzidos o Novo Polo, a Nova Saveiro, a Saveiro Cross e o Virtus Sedã (lançado em 21 de janeiro de 2018), com projetos de investimentos para a modernização da produção e expansão das instalações projetados até 2020.

A Scania, que possui sede em São Bernardo do Campo, produz veículos pesados, caminhões e ônibus. No ano de 2017, a empresa produziu 20.875 unidades para atender o mercado interno, a América Latina e outros destinos. O mercado interno absorveu 9.663 unidades.

A Mercedes-Benz tem unidades nas cidades de São Bernardo do Campo, Campinas, Juiz de Fora e Iracemápolis. A planta de São Bernardo foi a precursora da empresa no Brasil, é a maior planta da Daimler e produz os caminhões das famílias Atego (9444 unidades), Afron (986 unidades) e Axor (3657 unidades).

Referências

- ANFAVEA: Anuário 2017. Disponível em www.anfavea.com.br. Acessado em 22 de fevereiro de 2018.
- ANFAVEA: Carta Janeiro de 2018. Disponível em www.anfavea.com.br. Acessado em 22 de fevereiro de 2018.
- FENABRAVE: Informativo emplacamento, janeiro de 2018. Edição 181. São Paulo
- FORD. Disponível em www.ford.com.br. Acessado em 23 de fevereiro de 2018.
- GENERAL MOTORS: Disponível em <http://s:gm.com/hfq9d>. Acessado em 22 de fevereiro de 2018.
- MERCEDEZ BENZ: Disponível em <https://www.mercedes-benz.com.br>. Acessado em 20 de fevereiro de 2018.
- VOLSWAGEN: Disponível em <https://www.vw.com.br/> Acessado em 16 de fevereiro de 2018.
- SCANIA: Disponível em <https://www.scania.com.br/> Acessado em 26 de fevereiro de 2018.

7. GUIDANCE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E O MOMENTO DE RETOMADA DE ATIVIDADES

José Turíbio de Oliveira

Resumo Executivo

Neste momento de retomada das atividades econômicas no País e no Grande ABC Paulista, acionistas e proprietários necessitam de sinalizações de resultados futuros, de maneira a poderem se sentir mais seguros em relação aos investimentos e alocação de seus recursos financeiros nos negócios. Surge assim, ambiente propício para aplicação do instrumento de gestão guidance.

Os indicadores econômicos apontam para retomada de algumas atividades nos diversos segmentos da economia brasileira. Em momentos como este, a gestão empresarial retoma igualmente algumas preocupações marcantes, tais como os custos com reposição de estoques, o aumento da pressão recebida de fornecedores, a necessidade de força de trabalho adicional, entre outras.

Surge também uma preocupação que assume característica de forte pressão sobre a gestão das empresas: os resultados. Acionistas e proprietários necessitam de sinalizações de resultados futuros, de maneira a poderem se sentir mais seguros em relação aos investimentos e alocação de seus recursos financeiros nos negócios. Surge assim, ambiente propício para aplicação do instrumento de gestão guidance.

A etimologia da palavra guidance, com origem na língua inglesa, significa orientação vocacional, um guia ou orientador. No ambiente empresarial, guidance significa o fornecimento de um balizador, uma perspectiva de resultados futuros aos investidores, acionistas e demais stakeholders. Estes agentes econômicos passam a se sentir mais acolhidos em suas preocupações, quando encontram dados que podem sinalizar o que se espera do comportamento dos resultados futuros em uma empresa.

Nesse momento em que as empresas tendem a iniciar novo ciclo de crescimento de atividades, mesmo que seja tímido, os acionistas e investidores necessitam receber informações a respeito dos negócios: a retomada será perene ou passageira, o que se espera como resultado do conjunto de ações empreendidas pela gestão para esse momento, o que se tem como perspectiva para o futuro imediato etc. São indicadores que poderão gerar certo grau de segurança para os investidores, de maneira a que possam planejar suas ações de investimentos, tanto no curto quanto no longo prazo.

Gestores e demais responsáveis pela condução de negócios devem se preocupar em fornecer as perspectivas de resultados, uma vez que tais indicadores serão considerados como norteadores das ações e decisões do cotidiano empresarial. Para a gestão de empresas que adotam boas práticas de governança corporativa, estando ou não listadas nos diversos mercados de classificação (N1, N2 ou NM), o guidance está associado a alguns outros temas do mundo corporativo, como demonstrado no quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Alguns temas de governança e suas relações com gestores que adotam o guidance

Tema de governança	Relação com o guidance
Accountability	Os executivos devem se preocupar com a qualidade das informações geradas no guidance, de maneira a que decisões e ações estejam baseadas em perspectivas bem fundamentadas.
Compliance	As informações devem estar claras e à disposição dos mecanismos de compliance, inclusive para posterior justificativa de alterações em relação ao previsto.
Disclosure	Os dirigentes devem ser transparentes no fornecimento de informações, em especial as relevantes.
Fairness	O senso de equidade deve prevalecer no fornecimento de informações a todas as categorias de investidores.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Agustini. Mercado de Capitais e Análise de Ações. São Paulo: Globus, 2009. Cap. 18, p.190-220.

Mesmo sabendo, porém, que o guidance é um instrumento de fornecimento de perspectivas futuras quanto ao resultado, quando não bem elaborado, ele não pode ser considerado pela gestão empresarial em sua finalidade original. Ocorre que em sua elaboração, o guidance deve considerar elementos técnicos fundamentados em condições técnicas e reais, de maneira a que seja, de fato, um instrumento de fortalecimento das relações com os investidores.

Quando elaborado de maneira técnica, com elevado grau de profissionalismo e responsabilidade, a gestão estará suportada para as decisões que serão tomadas, considerando sempre os interesses dos acionistas ou detentores de capital. Dessa forma, encerrado o período coberto pelo guidance, restará à gestão a justificativa de eventuais alterações nas expectativas iniciais, com maior aceitação por parte dos investidores.

Isto posto, o guidance pode se tornar um forte aliado na elaboração de novos constructos de gestão, expondo o grau de profissionalização que todo investidor espera em relação ao modelo de negócio adotado pela empresa, e com destaque para momentos de retomada de atividades.

8. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO DO GRANDE ABC PAULISTA

Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESC

Resumo Executivo

Essa nota apresenta o empreendedorismo como ferramenta de desenvolvimento. No Grande ABC Paulista, o ITESCS foi e tem sido fundamental no processo de expansão e consolidação do empreendedorismo.

São diversos os indicadores que mostram a força do empreendedorismo no Brasil nos últimos anos:

- De acordo com a pesquisa mensal Indicadores, realizada pelo Sebrae-SP, as micro e pequenas empresas do Estado de SP registraram crescimento de 6,6% no faturamento real em maio 2017 (mês mais recente com dados divulgados) na comparação com o mesmo mês de 2016.
- O percentual de novas empresas (com até 3,5 anos) criadas por necessidade saltou de 29% em 2014 para 43% em 2015, e se manteve praticamente estável em 2016. Os números são de um estudo do SEBRAE e contemplam negócios registrados e empreendedores informais.
- De acordo com o levantamento, havia cerca de 48,2 milhões de empreendedores no país em 2016, dos quais 26,2 milhões tinham começado a empreitada há menos de 3,5 anos – 11,1 milhões deles por necessidade.
- Uma pesquisa realizada em 2015 pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM) e patrocinada no Brasil pelo Sebrae, revelou que de cada 10 brasileiros, 4 são empreendedores ou estão envolvidos com algum tipo de negócio (sócios, investidores, franqueados), seja direta ou indiretamente.
- Segundo a mesma pesquisa, em 2015, a taxa de empreendedorismo no Brasil foi de 39,3%, a maior desde 2002, quando o país atingiu o índice de 20,9% em relação ao número de empresas em funcionamento em todo o seu território - o que já era uma variável alta em comparação com outros países, principalmente aqueles que possuem as maiores economias do mundo.

Cidades Empreendedoras

Entre as dez cidades de maior destaque no Índice das Cidades Empreendedoras (ICE), da consultoria Endeavor, divulgado em janeiro de 2017, cinco são do Estado de São Paulo. Além da Capital, ocupam posições principais as cidades de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto.

A divulgação dos dados provocou nova onda de exaltação do empreendedorismo no interior paulista. O índice foi criado em 2014 para avaliar o ecossistema empreendedor das principais cidades do País.

Em 2016, o indicador analisou 32 municípios brasileiros, nos aspectos de ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso à Capital, inovação, capital humano e cultura empreendedora. Um ano antes, a Região do Grande ABC Paulista ganhava destaque como a quarta maior economia do País, embora nenhuma das cidades que compõem o grupo (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), estivesse presente no ICE. Não deixa de ser um indicador sintomático.

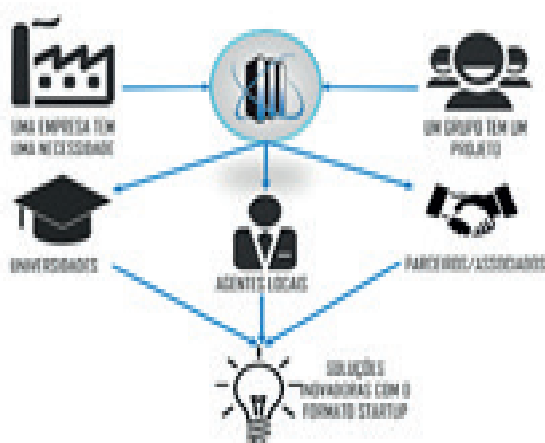
O ITESCS

O Grande ABC Paulista não pode mais se limitar ao setor produtivo e a indústria automotiva local. Foi justamente por este motivo que empresários da região fundaram o Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS, que é uma entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 2007. O ITESCS acredita que o empreendedorismo e a tecnologia podem trazer mais prosperidade, oportunidades, crescimento e qualidade de vida para as pessoas e empresas do ABC.

No início de suas atividades, o ITESCS criou uma incubadora - que é um projeto ou uma empresa que tem como objetivo a criação ou o desenvolvimento de pequenas empresas ou microempresas, apoiando-as nas primeiras etapas de suas “vidas”. Naquele momento, tratava-se de uma atividade disruptiva. Há 11 anos, poucos estruturavam incubadoras. O ITESCS sempre teve uma postura e posicionamento de vanguarda, a frente de seu tempo.

Nos últimos anos, o ITESCS se posicionou como o maior hub de conexão do ABC. Isso porque se destaca não por apenas promover o empreendedorismo, mas o empreendedorismo de impacto. O Grande ABC Paulista tem características singulares. O modelo industrial praticamente foi o único pilar de desenvolvimento nas últimas décadas. O ITESCS chamou a atenção para o desenvolvimento de empresas com base tecnológicas como uma alternativa viável e impactante. A nova vertente trouxe possibilidades para toda região. Isso porque sempre existiu o capital humano disponível, hora ocioso, que passou a ser baseado em uma mudança de cultura e mentalidade com fundamentos em tecnologia e no modelo de desenvolvimento de startups.

Com isso, o ITESCS passou a ser o ponto agregador, o hub de conexão para o novo modelo de desenvolvimento econômico da região, envolvendo universidades, empresas e poder público.



O ITESCS despertou nos empreendedores, governantes e empresários da região uma nova postura, visão e ampliação do horizonte com base no empreendedorismo de impacto.

Este movimento apenas começou. Todas as ações desenvolvidas até aqui deram subsídio para o desenvolvimento que está por vir. Vários projetos estão em andamento e existe uma grande base de pessoas que já foram impactadas, uma base sólida e forte. Foram criadas empresas neste meio tempo que dão vasão a essa base com destaque para várias startups da região. Empresas tradicionais começaram a pensar no modelo de gestão das startups. Universidades parceiras adotaram o empreendedorismo em sua cultura, como são os casos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) e da Universidade Metodista de São Paulo.

O ITESCS acredita que o empreendedorismo de impacto é a ferramenta capaz de transformar qualquer realidade.

9. INDICADORES DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA DO GRANDE ABC INPES/USCS (2009-2017)

Rendimento Familiar Líquido (em reais)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Rendimento Médio	4.369,36	4.466,78	4.433,88	4.599,31	4.657,99	4.719,32	4.165,41	3.744,89	3.637,91
Variação % Rendimento Médio	-	2,23	-0,74	3,73	1,28	1,32	-11,74	-10,10	-2,86

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Parcela de famílias integradas à amostra que declararam renda
Valores atualizados pelo IPC-FIPE para agosto/2017

Renda Familiar Per Capita (em reais)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda média familiar per capita	1.489,56	1.529,46	1.526,48	1.524,57	1.716,76	1.877,08	1.612,50	1.320,29	1.366,78
Variação % Renda média familiar per capita em relação ao ano anterior	-	2,68	-0,20	-0,12	12,61	9,34	-14,10	-18,12	3,52
Número médio de residentes no domicílio	3,45	3,45	3,42	3,37	3,29	3,28	3,31	3,39	3,44

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Parcela de famílias integradas à amostra que declararam renda
Valores atualizados pelo IPC-FIPE para agosto/2017

Composição da Renda Familiar (em %)

Proporção da renda proveniente de:	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalho	66,6	65,2	67,0	68,0	65,0	67,9	70,1	72,0	70,4
Transferências governamentais (1)	24,1	26,1	25,1	24,8	26,8	24,5	22,2	28,0	20,3
Outras fontes (2)	9,3	8,7	7,9	7,2	8,2	7,6	7,7		9,3

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Total de famílias integradas à amostra

(1) inclui: aposentadoria, pensão, seguro desemprego, bolsa família etc

(2) inclui: rendimento de aplicações financeiras, aluguel, pensão alimentícia, previdência privada, 2a. atividade ou bico etc

Renda Familiar DISPONÍVEL (em reais)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda média familiar DISPONÍVEL	1.785,60	1.883,59	1.841,15	1.817,38	2.061,43	2.161,54	1.884,34	1.771,98	1.713,80
Variação % Renda média familiar per capita	-	5,49	-2,25	-1,29	13,43	4,86	-12,82	-5,96	-3,28

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Parcela de famílias integradas à amostra que declararam renda
Valores atualizados pelo IPC-FIPE para agosto/2017

Classificação Socioeconômica das Famílias (CRITÉRIO BRASIL: CLASSIFICAÇÃO 2008)

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Classe A	5,1	4,8	5,8	5,0	6,0	3,3	3,3	2,9	2,7
Classe B	45,0	47,9	48,6	51,6	49,7	51,0	51,0	41,0	45,6
Classe C	43,8	42,3	40,8	38,7	40,6	41,2	40,8	50,7	46,3
Classe D	5,9	4,4	4,2	4,0	3,6	4,3	4,4	4,8	4,5
Classe E	0,2	0,4	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2
Não informado	0,0	0,2	0,4	0,6	0,0	0,2	0,4	0,4	0,7

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Total de famílias integradas à amostra

Suficiência da Renda Familiar enquanto cobertura das despesas mensais do domicílio

	Resultados - Região do Grande ABC								
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sempre é suficiente	34,1	34,5	45,2	40,6	50,9	54,3	51,2	46,0	46,4
É suficiente na maioria das vezes	32,2	33,8	26,8	31,0	24,5	25,2	22,3	24,0	24,3
Não é suficiente na maioria das vezes	20,8	23,8	20,1	21,8	18,5	15,3	19,2	18,1	17,7
Nunca é suficiente	12,7	7,7	7,7	6,4	5,9	5,1	7,3	11,9	11,6
Não informado	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS
Base: Total de famílias integradas à amostra

Composto em Arial e Times New Roman
São Caetano do Sul - SP

